

Apresentação pública do Relatório Sobre a Evolução da Negociação Coletiva em 2017

22- 05-2018

Intervenção de abertura do Presidente do CRL

Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,

Senhor Secretário de Estado do Emprego

Senhoras e senhores representantes dos Parceiros Sociais

Senhoras e senhores dirigentes e técnicos da Administração Pública

Senhoras e senhores Jornalistas

Caros membros do CRL e da Comissão Científica

Senhoras e Senhores convidados

Muito boa tarde

Antes de mais deixem-me agradecer a vossa presença e em particular ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e ao Senhor Secretário de Estado do Emprego que, mais uma vez, nos honram e prestigiam com a sua participação nas iniciativas do Centro de Relações Laborais.

Sem querer atrasar as demais intervenções, e contando com a vossa indulgência, permitam-me sublinhar dois aspetos deste Relatório sobre a Evolução da Negociação Coletiva em 2017, o qual constitui o terceiro relatório da série iniciada com a edição relativa ao ano de 2015:

- o primeiro, relativo à forma e metodologia da sua elaboração;
- o segundo, referente ao conteúdo propriamente dito.

Quanto ao primeiro aspeto, julgo ser de realçar:

- A forma participada e construtiva como os membros do CRL intervieram, desde a fase de elaboração do roteiro do Relatório até às declarações de voto finais, passando pelas críticas e contributos que foram dando relativamente às sucessivas versões do texto;
- O papel desempenhado, mais uma vez, pelos membros da Comissão Científica, cujo contributo, totalmente *pro bono*, foi da maior importância para a realização deste trabalho, desde a delimitação dos temas até ao parecer conjunto final, não esquecendo as inúmeras orientações e comentários, que foram de extrema utilidade. Refiro-me aos Professores António Monteiro Fernandes, Daniel Bessa, José João Abrantes, Maria do Rosário Palma Ramalho e ao professor Luís Gonçalves da Silva, Relator do parecer deste relatório;
- O esforço e dedicação da equipa que elaborou o relatório – o seu Coordenador Científico, Dr. António Nunes de Carvalho (da Universidade Católica Portuguesa), a Coordenadora Executiva do CRL, Dr.ª Paula Agapito, o Eng. Miguel Ramos dos Santos e os Drs. Paulo Félix de Oliveira e Rita Conde Antunes);
- A cooperação recebida de outros Organismos da Administração Pública, em particular, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento, a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, o Instituto Nacional de Estatística e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

A todos, membros do CRL, da Comissão Científica, da equipa técnica do CRL e aos organismos da Administração Pública, quero deixar uma palavra de profundo agradecimento.

Quanto ao conteúdo do Relatório, esta edição beneficia, naturalmente, da experiência obtida nos relatórios precedentes e, aliás, muito deve ao trabalho dos anteriores Presidentes do CRL, Eng.º João Proença e Dr. Gregório Rocha Novo. Como refere o parecer da Comissão Científica, o relatório de 2017 mantém, em termos gerais, a estrutura e o catálogo de temas definido em 2015, assim como os critérios de recolha da informação. Trata-se de um aspeto positivo que importa realçar, já que essa estabilidade permitirá compreender a dinâmica da negociação coletiva, nas suas várias vertentes, incluindo a evolução dos seus conteúdos.

Em linhas gerais, e comparando com os relatórios anteriores sobre a negociação coletiva, cumpre mencionar, entre outros aspetos:

- em primeiro lugar, a evolução positiva da negociação coletiva publicada em 2017, quer quanto ao número de IRCT publicados, quer quanto à sua cobertura, apesar do dinamismo verificado ser ainda inferior ao do período anterior a 2012;
- em segundo lugar, o esforço para analisar os impactos, na negociação coletiva, decorrentes das alterações legislativas ocorridas nos últimos anos, nomeadamente:
 - na Lei do Orçamento do Estado para 2017, no que respeita ao setor público empresarial;
 - no Código do Trabalho relativo à proteção contra o assédio moral;
 - a nova Resolução do Conselho de Ministros relativa aos critérios, procedimentos e indicadores a observar para a emissão de portarias de extensão.
- em terceiro lugar, o alargamento de matérias estudadas, com um novo capítulo dedicado ao estudo sobre a igualdade;
- em quarto lugar, o aprofundamento do estudo da organização do tempo de trabalho.

A par destes aspetos, destaque-se igualmente o aprofundamento dos múltiplos conteúdos versados nas convenções, que neste relatório beneficia da comparação com o ano anterior, dando, deste modo, um retrato mais completo da negociação coletiva mais recente e indo ao encontro das recomendações dos membros do CRL e da Comissão Científica.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Pedindo que me relevem o tempo que vos ocupei, termino com o desejo que o presente Relatório possa representar a consolidação e o desenvolvimento do projeto iniciado em 2016, reiterando os agradecimentos ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e ao Senhor Secretário de Estado do Emprego, bem como a todos os presentes, pela honra da sua presença e participação. Muito obrigado!

22 de maio de 2018